



## **INTERVENÇÃO DO DEPUTADO ANÍBAL PIRES SOBRE A PROPOSTA DO PCP PARA REFORÇAR A FISCALIZAÇÃO MARÍTIMA NOS AÇORES**

Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente do Governo Regional,  
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Este é um assunto que o PCP já antes trouxe a este Parlamento. Fazemo-lo hoje uma vez mais, não por teimosia, mas porque esta é uma das questões mais estratégicas e mais centrais para a nossa Região.

O Oceano é o grande tesouro dos Açores, um manancial de recursos e de capacidade de geração sustentável de riqueza de valor incalculável.

A diversidade e abundância dos nossos ecossistemas, a variedade dos habitats, a facilidade de acesso e proximidade a espécies raras e difíceis de observar noutras paragens, a pureza intocada de grande parte dos nosso fundos marinhos, os nossos stocks piscícolas, com espécies de altíssimo valor, são uma riqueza com que a natureza nos presenteou.

Mas com este tesouro, vem uma grande responsabilidade. A responsabilidade de o proteger e de o preservar. E se muito nos falta fazer para aproveitarmos eficazmente, sustentavelmente, o nosso potencial marinho, a verdade é que também não tem sido cumpida a nossa responsabilidade na sua protecção.

De dia para dia, estes tesouros que pertencem aos açorianos estão a ser roubados, estão a ser destruídos, com total impunidade dos responsáveis na maior parte dos casos.

Todos conhecemos múltiplos casos e relatos: Desde os avistamentos, em flagrante delito, de atividades de caça e pesca ilegal, são os restos de aparelhos de pesca e vestígios da sua ação destruidora encontrados em reservas marinhas e áreas protegidas. São por exemplo os meros, familiarizados com as visitas frequentes de mergulhadores de lazer, que surgem servidos no prato dos turistas, reduzindo a poucos euros o seu valor incalculável e duradouro. É o peixe que escasseia, as espécies com que os nossos pescadores contam e de que dependem, que levam súbitos sumiços. São os navios suspeitos que sabem que, para lá das 100 milhas, dificilmente serão fiscalizados e que sentem isso como uma licença para se servirem à vontade dos



nossos recursos. O resultado infelizmente é conhecido: a degradação da nossa pesca e do nosso turismo.

Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente do Governo Regional,  
Senhora e Senhores Membros do Governo,

O problema aqui não são as leis. Se fossem, seria outra a forma da iniciativa, que não um Projeto de Resolução. Não. Leis e regulamentos existem. E mesmo não concordando com todas as opções tomadas, elogiamos o esforço legislativo da Região em termos da proteção dos recursos marinhos.

O problema aqui, Senhores Deputados, não é a Lei, é o seu cumprimento. O problema aqui é a fiscalização, essencial para que a protecção do mar e dos recursos marinhos não fique apenas como uma boa intenção publicada em Diário da República e Jornal Oficial.

O problema aqui é sobretudo o da impunidade, que convida à descontraída repetição do delito e descredibiliza os regimes e as zonas de protecção, contradizendo a nova exigência que todos, cidadãos, partidos e poderes públicos, dizem partilhar em termos da protecção ambiental.

Existem responsabilidades da Região nesta matéria e naturalmente que as deve cumprir eficazmente, nomeadamente através de uma atuação mais proativa, presente e consequente da Inspeção Regional do Ambiente e da Inspeção Regional das Pescas. No entanto, não é sobre este aspecto que a nossa proposta se inclina.

A questão mais central da fiscalização marítima nos Açores, coloca-se em termos dos meios e da atuação da Marinha e da Polícia Marítima, que compete ao Governo da República dotar e coordenar.

A questão não é nova. Trouxema-lo aqui em 2014, com uma proposta que foi aprovada por unanimidade e que resultou na resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores 11/2014/A, de 22 de Abril, numa altura em que fomos confrontados com a confirmação, pelo Supremo Tribunal Administrativo do abandono total da nossa Zona Económica Exclusiva, por parte da Marinha e Força Aérea, durante vários anos.

A situação hoje já não será porventura a mesma, mas continuam a ser grandemente insuficientes os meios e a atuação das entidades fiscalizadoras, quer em



alto-mar, quer em zonas costeiras, e os prejuízos, verdadeiramente incalculáveis, acumulam-se de dia para dia.

Em relação a este aspeto específico, o que nos compete, o que está ao nosso alcance é o de exigir ao Estado, em nome do Povo Açoriano, que cumpra as suas obrigações e responsabilidades, nomeadamente através do reforço dos meios à disposição da Autoridade Marítima Nacional nos Açores.

Esperamos que a unanimidade neste Parlamento em torno desta urgência continue e possa ser vertido num consenso na Assembleia da República para que o assunto possa ser finalmente resolvido e para que a soberania marítima nacional seja efetivamente exercida.

Disse!

O Deputado do PCP Açores